



OS CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ENTRE OS ANOS DE 1997 E 2007

SCHOOL BOARDS AND THE PUBLIC SCHOOLS MANAGEMENT BETWEEN 1997 AND 2007

NADIA PEDROTTI DRABACH¹

nadiadrabach@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar e analisar os dados referentes à presença, atuação e composição dos conselhos escolares nas escolas públicas brasileiras de Ensino Fundamental, entre os anos de 1997 e 2007. Esse recorte faz parte de um estudo mais amplo desenvolvido ao longo do mestrado sobre o perfil dos gestores e da gestão escolar a partir da Reforma do Estado de 1995. O estudo utilizou como fonte empírica os bancos de dados referentes aos questionários aplicados aos dirigentes escolares através do SAEB nos anos de 1997 e 2003 e da Prova Brasil no ano de 2007. O texto procura apontar as mudanças e permanências no perfil dos conselhos escolares e as possíveis relações com a política educacional mais ampla.

Palavras-chave: Conselho escolar • Política Educacional • Gestão escolar

ABSTRACT

This paper aims to show and analyze data that refer to the presence, performance and composition of the school boards in the Brazilian public elementary between the years 1997 and 2007. It is part of a more comprehensive study carried out during the master degree program about the managers profile and school management after the reform held in 1995. The study used as an empiric source the data bank of the questionnaires applied to the school directors via SAEB in the years 1997 and 2003 as well as *Prova Brasil* in 2007. The text tries to point out changes observed in the profile of the school boards and the possible relationships with a broader education policy.

Key words: School board • Education policy • School management.

1 Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Educação pela UFPR (2013). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na área de concentração Políticas, Administração e Sistemas Educacionais e bolsista Capes.



INTRODUÇÃO

Neste trabalho, faz-se uma análise dos dados referentes à presença, atuação e composição dos conselhos escolares nas escolas públicas brasileiras de Ensino Fundamental, entre os anos de 1997 e 2007, à luz das políticas de reestruturação da gestão educacional que tiveram início na década de 1990. Esse recorte faz parte de um estudo mais amplo, desenvolvido ao longo do mestrado¹ sobre o perfil dos gestores e da gestão escolar à luz da Reforma do Estado de 1995. O estudo utilizou os bancos de dados referentes aos questionários aplicados aos dirigentes escolares através do SAEB, nos anos de 1997 e 2003 e da Prova Brasil no ano de 2007².

Os conselhos escolares (CEs) são órgãos colegiados que oferecem um potencial significativo de ampliação da democracia, porque possibilitam a inclusão dos diferentes sujeitos que atuam na escola: pais, alunos, funcionários e professores, como participantes ativos na gestão escolar, conforme assegura a LDB 9394/96 no Artigo 14, inciso II, como um dos mecanismos da gestão democrática: “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996). A presença dessa exigência na Lei possui fundamental importância “uma vez que uma das formas de se procurar garantir mecanismos e instâncias com conteúdos democráticos é consolidá-los legalmente” (ADRIÃO e CAMARGO, 2003, p 29)

Além disso, um dos argumentos que sustentam a constituição de conselhos escolares, segundo Souza, é “a necessidade da presença de outros sujeitos com vistas a se compor um quadro multirreferenciado, necessário ao enfrentamento da crescente complexidade dos problemas escolares” (SOUZA, 2007, p. 226). Os conselhos

têm como principal função possibilitar a participação da comunidade na gestão da escola. É o espaço no qual os pais podem ser ouvidos e podem participar das decisões que são tomadas. Os CEs são instrumentos de ampliação da capacidade decisória da população e de formação política, podendo ser entendidos como “espaço privilegiado para a construção da cidadania através de uma prática de conscientização” (CAMARGO, 1997, p. 291).

Na prática, conforme ampla e detalhada análise sobre os conselhos escolares realizada por Camargo (1997), há diversos condicionantes que acabam limitando o papel democratizante dos conselhos escolares e que esbarram na cultura da pouca participação. Esses entraves estão relacionados aos aspectos materiais, ideológicos, institucionais e político-sociais, dos quais destacaremos alguns. Em relação aos aspectos materiais destacam-se, por exemplo, a disponibilidade de horários comuns dos componentes do conselho e falta de espaço para as reuniões; a falta de espaço para divulgações das decisões e de recursos para multiplicação de materiais, entre outros. Em relação aos aspectos ideológicos, estão: o medo do conflito, a compreensão de participar como sinônimo de ouvir e consentir, a representatividade, as decisões são tomadas por quem sabe, medo da participação dos pais por não entenderem os assuntos da escola, entre outros. Dentre os aspectos institucionais que condicionam a atuação do conselho, estão: problema de frequências às reuniões, necessidade de conhecer a legislação, decorrências da institucionalização dos conselhos. Dentre os aspectos político-sociais, estão: dificuldade de encontrar pessoas que queiram fazer parte do conselho; o medo dos pais de interferir na escola e os filhos sofrerem represálias dos professores e diretor, percepção do papel do diretor (CAMARGO, 1997, p. 303).



Além desses condicionantes, Souza aponta ainda outras barreiras encontradas pelos conselhos escolares que estão principalmente na “compreensão que os diferentes sujeitos têm em relação aos princípios e capacidades do Conselho Escolar (CE) e na qual há uma identificação do CE como um organismo auxiliar da direção e/ou da gestão escolar” (SOUZA, 2007, p. 226). Além disso, “classicamente, a comunidade escolar reconhece na diretora da escola a sua principal autoridade e a possibilidade de modificar esta ideia, plantando elementos de uma cultura mais democrática, na qual o sujeito coletivo representado pelo CE seria, este sim, a grande autoridade política, não encontra simpatia em parte dos dirigentes escolares” (SOUZA, 2007, p. 227). E ainda, parte das resistências à atuação dos conselhos escolares vem dos professores “historicamente aculturados na condição de grupo dominante na escola” (idem) que resistem à possibilidade de inserção de diferentes opiniões e da socialização do poder com outros segmentos da escola.

A base empírica utilizada nesta pesquisa, entretanto, não nos permite avaliar em que condições funcionam os conselhos escolares, quem são os seus líderes, os assuntos que são tratados nas reuniões e se há ou não resistência, por exemplo. Porém, nos permite averiguar à existência de conselhos nas escolas, o número de vezes que se reuniram e os segmentos escolares que estão representados nele, que são informações relevantes sobre a presença e importância desses colegiados nas escolas.

A PRESENÇA DOS CONSELHOS ESCOLARES

Quando analisamos a presença dos conselhos escolares nas escolas públicas brasileiras de Ensino Fundamental no período

de 1997 a 2007, observamos que houve um aumento crescente no percentual de escolas que passaram a ter esse órgão colegiado. Em 1997 esse percentual era de 76%, em 2003 passou para 86,4% e em 2007 cresceu para 88,3%. O maior crescimento se situa entre 1997 e 2003, conforme é possível observar nas tabelas 1, 2 e 3. Entretanto, em 2007 ainda era alto o percentual de escolas brasileiras nas quais não existia conselho escolar, chegava a 11,6%. Na região Norte esse percentual em 1997 era de 28,9%, em 2003 diminuiu para 21,8% e em 2007 aumentou para 25,5%. Em 1997 a região Sul apresentava o maior percentual de escolas que não tinham conselho escolar, no total 31,9%, em 2003 diminuiu para 17,6% e em 2007 esse percentual era de 16,7%. As regiões Norte e Sul em 1997 apresentavam os maiores percentuais de escolas sem conselho escolar. Em 2007, embora o percentual tenha diminuído, as duas regiões continuaram apresentando os maiores percentuais de escolas sem conselho escolar no Brasil.

Além da exigência presente na legislação, o aumento de escolas que possuem conselhos escolares pode ser uma consequência do processo de descentralização, especialmente em relação aos recursos destinados às escolas que, para a sua viabilização, de acordo com o PNE, “foi induzida a formação de Associações de Pais e Mestres ou de Conselhos Escolares” (BRASIL, 2001, p. 168). Contudo, o aumento no percentual de escolas que passaram a ter conselho escolar nestes dez anos pode indicar a expansão, mesmo que parcial, da gestão democrática.

Juntamente com o aumento no percentual de escolas que contam com conselhos escolares que aparece em 2007, é preciso verificar se esses conselhos estão ativos na escola. Uma forma de identificar isso e que a base empírica possibilita é saber quantas



vezes ao ano os conselhos se reuniram.

ATUAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

De acordo com os dados do SAEB, observa-se que, em 1997, os conselhos que se reuniam três vezes ou mais somavam um percentual de 82,2%. Esse percentual, nos demais anos 2003 e 2007, era um pouco menor. Em 2003, o percentual de conselhos que se reuniu três vezes ou mais era de 76,5%. Em 2007, aumentou, chegando a 78,2%. Observa-se, diante desses dados, que nestes dez anos diminuiu o número de conselhos ativos nas escolas públicas.

Na análise por região, a presença de conselhos que se reuniam três vezes ou mais ao

ano diminuiu em todas as regiões, de 1997 até 2003. Em 2007, houve um pequeno aumento, a região Sudeste nesse ano apresentava o maior percentual de escolas nas quais os conselhos se reuniram três vezes ou mais ao ano, 84,5%. Na região Centro-Oeste esse percentual era de 83,5%, na região Sul 83,2%, na região Norte 71,9% e na região Nordeste era de 65,8%, conforme podemos observar nas tabelas abaixo.

Entretanto, do ponto de vista dos conselhos menos atuantes, ou seja, aqueles que se reuniram até duas vezes, observamos que esse número aumentou nestes dez anos. Vejamos no quadro 1:

A diminuição do percentual de conselhos mais atuantes e o aumento dos conselhos menos atuantes (que se reuniram até duas

TABELA 1: SAEB 1997 – existência do conselho escolar por região

		Região						Total
		N	NE	SE	S	CO		
A escola contou com a colaboração do conselho de escola neste ano?	Sim	N	278	343	182	79	150	1032
		% Região	71,1%	78,7%	81,6%	68,1%	78,1%	76,0%
	Não	N	113	93	41	37	42	326
		% Região	28,9%	21,3%	18,4%	31,9%	21,9%	24,0%
Total	% Região	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Microdados SAEB 1997, MEC/INEP, 1997.

		Região					Total
		SE	S	CO	NE	N	
Sim, existe conselho na escola	N	409	1008	526	488	413	2844
	% Região	78,2%	88,8%	90,2%	82,4%	90,0%	86,4%
Não existe Conselho Escolar	N	114	127	57	104	46	448
	% Região	21,8%	11,2%	9,8%	17,6%	10,0%	13,6%
Total	N	523	1135	583	592	459	3292
	% Região	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados SAEB 2003, MEC/INEP, 2003.

**TABELA 3:** Prova Brasil 2007 - existência do conselho escolar por região

			Região					Total
			Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Sim, existe Conselho de Escola	N		3703	14385	20939	9391	4308	52726
	% Região		74,5%	88,1%	93,1%	83,3%	92,2%	88,3%
Não existe Conselho de Escola	N		1265	1944	1553	1887	366	7015
	% Região		25,5%	11,9%	6,9%	16,7%	7,8%	11,7%
Total	N		4968	16329	22492	11278	4674	59741
	% Região		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados PROVA BRASIL 2007, MEC/INEP, 2007.

TABELA 4: SAEB 1997 - número de vezes em que o conselho da escola se reuniu por região

			Região					Total
			Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Quantas vezes o Conselho de Escola se reuniu este ano?	Uma vez por mês	N	84	142	66	39	58	389
	% Região		29,1%	38,9%	35,3%	47,0%	38,9%	36,3%
Uma vez por bimestre	N		140	143	98	38	73	492
	% Região		48,4%	39,2%	52,4%	45,8%	49,0%	45,9%
Uma vez por semestre	N		49	47	16	1	15	128
	% Região		17,0%	12,9%	8,6%	1,2%	10,1%	11,9%
Apenas uma vez	N		14	24	6	3	2	49
	% Região		4,8%	6,6%	3,2%	3,6%	1,3%	4,6%
Nenhuma vez	N		2	9	1	2	1	15
	% Região		,7%	2,5%	,5%	2,4%	,7%	1,4%
Total	N		289	365	187	83	149	1073
	% Região		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados SAEB 1997, MEC/INEP, 1997.

vezes por ano) podem ser observados de forma mais marcante de 1997 para 2003. Isso ocorreu em todas as regiões. Na região Norte, houve a maior redução no número de conselhos que se reuniram três vezes ou mais; em 1997 o percentual era de 77,5% e em 2003 passou para 53,6%. Essa região, entretanto, foi a que registrou o menor aumento no número de escolas que passaram a ter conselho escolar de 1997 a 2003. Então, possivelmente diminuíram a sua atuação,

QUADRO 1: número de vezes em que o conselho de escola se reuniu em 1997, 2003 e 2007.

Reunião do conselho/Ano	1997	2003	2007
Nenhuma vez	1,4%	3,3%	1,9%
Uma vez	4,6%	5,6%	4,8%
Duas vezes	11,9%	14,4%	14,9%
Três vezes ou mais	82,2%	76,5%	78,2%

Fonte: Elaborado pela autora.

**TABELA 5:** SAEB 2003 – número de vezes em que o conselho da escola se reuniu por região⁴

		Região						
			Sudeste	Sul	Centro- -Oeste			Total
Neste ano, quantas vezes o Conselho de escola se reuniu?	Nenhuma vez	N	21	36	12	18	7	94
		% Região	4,2%	3,5%	2,2%	3,6%	1,6%	3,3%
	Uma vez	N	36	78	19	15	13	161
		% Região	7,3%	7,7%	3,6%	3,0%	3,1%	5,6%
	Duas vezes	N	89	163	66	53	41	412
		% Região	18,1%	16,1%	12,5%	10,8%	9,9%	14,4%
Três vezes ou mais	N	263	731	429	402	352	2177	
	% Região	53,6%	72,5%	81,5%	82,3%	85,2%	76,5%	
Total	N	490	1008	526	488	413	2844	
	% Região	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Microdados SAEB 2003, MEC/INEP, 2003.

TABELA 6: PROVA BRASIL 2007 - número de vezes que o conselho da escola se reuniu por região

		Região						
			Sudeste	Sul	Centro- -oeste			Total
Neste ano, quantas vezes o conselho desta escola se reuniu?	Nenhuma vez	N	118	403	244	209	59	1033
		% Região	3,1%	2,8%	1,1%	2,2%	1,3%	1,9%
	Uma vez	N	219	1179	615	382	139	2534
		% Região	5,9%	8,1%	2,9%	4,0%	3,2%	4,8%
	Duas vezes	N	701	3328	2374	986	511	7900
		% Região	18,9%	23,1%	11,3%	10,4%	11,8%	14,9%
Três ou mais vezes	N	2665	9475	17706	7814	3599	41259	
	% Região	71,9%	65,8%	84,5%	83,2%	83,5%	78,2%	
Total	N	3703	14385	20939	9391	4308	52726	
	% Região	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Microdados PROVA BRASIL 2007, MEC/INEP, 2007.

em 2003, conselhos que eram ativos em 1997. Contudo, os questionários não nos permitem identificar se essas escolas, cujos conselhos são pouco ativos, possuem outras formas de organização coletiva como Associações de Pais ou Unidades Executoras, por exemplo, pois isso poderia ser indício de influências da reforma gerencial na educação.

De 1997 até 2003, o que se observou foi um aumento acentuado no número de escolas que passaram a ter um conselho escolar,

mas foi também o período em que mais aumentou o número de conselhos inativos. Isso parece indicar que a exigência legal de constituição dos conselhos escolares ou do próprio PNE resultou na maior presença dos conselhos escolares nas escolas. Entretanto, em vários casos, esses conselhos passaram a existir apenas no papel. De 2003 a 2007, observa-se um movimento contrário do que se tinha no período anterior. Diminuiu em todas as regiões o percentual de conselhos



que, embora existissem, não se reuniram nenhuma vez e aumentou o número de conselhos que passaram a se reunir pelo menos duas vezes ao ano. Continua sendo uma atuação pequena, contudo já indica um avanço. Aumentou também em 2007, embora levemente (1,7%), o percentual de conselhos que se reuniram três vezes ou mais.

Analisando esse período de dez anos, observa-se que, em 1997, embora o número de escolas que possuíam conselho escolar fosse menor, os conselhos que existiam eram mais atuantes (no sentido de que se reuniam mais) do que em 2007. De modo geral, nesse período, aumentou o número de escolas que possuem conselhos escolares, mas aumentou também o número de conselhos pouco ativos.

Esse fato corrobora a afirmativa de Paro (2001) sobre os conselhos escolares. Para o autor, desde o surgimento dos conselhos escolares na década de 1980 até hoje, a dificuldade em constituir um conselho escolar e fazer com que de fato funcione está relacionada com a organização do poder na

escola, que se concentra, ainda, na figura do diretor. Um dos problemas que envolve a constituição dos conselhos escolares é que têm sido tomados como medidas isoladas, desligados de uma política mais ampla de democratização da escola, o que acaba evidenciando muito mais a sua face burocrática do que a sua inspiração democrática. "O conselho escolar que deveria existir para dar apoio e auxiliar o diretor na sua tarefa de administrar a escola acaba sendo mais um encargo do qual ele precisa prestar contas" (PARO, 2001, p.83). Nesse caso, torna-se muito complicada a execução das atribuições do conselho escolar, porque este acaba sendo subordinado à vontade do diretor. Para mudar essa realidade, faz-se necessária "uma nova ética que desautorize a atual configuração autoritária de escola" (PARO, 2001, p.80), favorecendo a construção de uma cultura democrática.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Quanto à composição dos conselhos

TABELA 7: SAEB 1997 - Composição do conselho escolar por região

N	Região							Total
	NE	SE	S	CO				
Qual é a composição do Conselho Escolar?	Direção e represent. dos professores	N	20	9	7	4	4	44
	% Região		7,0%	2,5%	3,7%	4,7%	2,7%	4,1%
	Direção, professores e pais.	N	46	42	27	14	22	151
	% Região		16,0%	11,5%	14,4%	16,5%	14,8%	14,1%
	Direção, professores, pais e alunos.	N	208	310	150	62	121	851
	% Região		72,5%	84,7%	80,2%	72,9%	81,2%	79,2%
	Direção, professores e alunos.	N	13	5	3	5	2	28
	% Região		4,5%	1,4%	1,6%	5,9%	1,3%	2,6%
Total	N		287	366	187	85	149	1074
	% Região		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados SAEB 1997, MEC/INEP, 1997.



escolares, em 1997 as questões possuem um formato diferente dos demais anos. Em 1997, as alternativas não consideram a presença de funcionários no conselho escolar. Contudo, a presença do diretor aparece em todas as alternativas, o que parece indicar que o dirigente da escola era uma figura importante nos conselhos escolares em 1997. Em 2003 e 2007 não se indaga sobre a presença do diretor e passa a ser considerada a presença de funcionários no conselho da escola.

De acordo com o SAEB de 1997, em todas as regiões destaca-se o percentual de diretores que afirmaram que em suas escolas o conselho é composto pela direção, por pais, alunos e professores. O percentual de escolas brasileiras, cujo conselho apresentava essa composição em 1997 era de 79,2%. Com destaque para a região Nordeste, cujo percentual chegava a 84,7%, Centro-Oeste 81,2%, Sudeste 80,2%, Sul 72,9% e Norte 72,5%.

Conforme os dados apresentados no Quadro 2, em relação à presença de professores no conselho escolar, o percentual aumentou de 2003 até 2007, mas esse aumento não chegou a 1%. Quanto à presença de funcionários no conselho escolar observa-se que aumentou o percentual de escolas que incluíram esse segmento em seu conselho; em 2003 o percentual era de 95,2% e em 2007 passou para 96,2%,

QUADRO 2: presença dos diferentes segmentos no conselho escolar em 2003 e 2007

SEGMENTOS	SAEB 2003	PROVA BRASIL 2007
Professores	97,8%	98,3%
Pais	96,0%	96,9%
Funcionários	95,2%	96,2%
Alunos	81,4%	81,1%

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à presença de pais no Conselho Escolar também é possível observar um aumento de 2003 para 2007 no percentual de escolas que incluem pais no conselho. Esse aumento é de 0,9%.

Em relação à presença de alunos, o percentual é menor do que dos demais segmentos da escola. O percentual de escolas que incluem alunos no conselho escolar teve uma leve diminuição de 2003 até 2007, passou de 81,4% para 81,1%.

Em 2007 em relação a 2003 houve um pequeno aumento no percentual de escolas que envolvem professores, pais e funcionários no Conselho de Escola. Diminuiu apenas o percentual de alunos em 0,3%. Mais de 95% dos conselhos escolares são compostos por professores, funcionários e pais, nesta ordem: professores, 97,8%, pais, 96% e funcionários 95,2%. Em relação à presença de alunos, o percentual é um pouco menor, no total chega a 81,4%. A Região Norte foi a que menos incluiu alunos no conselho escolar em 2007; o percentual chegava a 74,2%, nas demais regiões esse percentual era um pouco maior.

Observa-se que é alto o percentual de escolas que incluem esses segmentos no conselho, o que pode indicar que está havendo maior participação nas decisões e maior controle da comunidade sobre a escola (SOUZA, 2007). Porém, a simples presença dos sujeitos representantes dos diversos segmentos não é garantia de que a atuação do conselho seja democrática. Na prática, a exigência legal dessas representações no conselho pode levar à compreensão de que a simples presença pode ser entendida como participação (CAMARGO, 1997). De qualquer forma, mesmo que parcialmente, avaliamos que o aumento no número de escolas que possuem um conselho escolar e o



alto percentual de representação dos diferentes segmentos significou a ampliação da democracia na escola nestes dez anos em estudo.

Contudo, é importante salientar que essa expansão também pode significar um interesse técnico, mais do que democrático, uma vez que houve um incentivo da reforma na educação dos anos 1990 para a criação de órgãos coletivos nas escolas como forma de controle que, de acordo com Souza:

É uma percepção de que os conselhos de escola poderiam significar uma diminuição do poder da corporação docente no controle do poder escolar, pois a presença dos pais e familiares dos alunos nesses conselhos representaria a figura do cliente ou usuário ou cidadão que tem a tarefa de cobrar resultados da escola” (SOUZA, 2007, p. 279).

A verificação desse dado poderia nos dar a dimensão do grau de democracia ou de gerencialismo presente nas mudanças ocorridas no perfil dos conselhos escolares nestes dez anos. Entretanto, isso exigiria um estudo que considere a imersão na prática dos conselhos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período estudado verificou-se um

aumento no número de escolas que passaram a contar com o conselho escolar. O crescimento maior se deu especialmente entre 1997 e 2003, porém foi também o período em que mais cresceu o percentual de conselhos pouco ativos nas escolas. Em 2007 houve um movimento inverso, os conselhos passaram a ser mais atuantes e em sua maioria contam com representantes de todos os segmentos. Por esses dados, pode-se aferir que aumentou o número de escolas que contam com conselhos e a grande representatividade de todos os segmentos escolares pode indicar uma abertura maior para o diálogo, a construção de processos de gestão mais democráticos e, conforme aponta Souza (2007), a existência de conselhos escolares significa um avanço importante na construção da autonomia da escola. Contudo, de acordo com o mesmo autor, as potencialidades de democratização da gestão escolar presente nos conselhos, só são possíveis de serem verificadas ou não no decorrer de práticas concretas.

Pois isso, torna-se importante a realização de estudos que busquem analisar a atuação dos conselhos e o papel que desempenham na escola, contribuindo para uma melhor percepção do potencial democrático desses colegiados.

NOTAS:

- 1 Realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza, que resultou na dissertação que tem como título: “As mudanças na concepção da gestão pública e sua influência no perfil do gestor e da gestão escolar no Brasil”.
- 2 Os microdados do Saeb e Prova Brasil utilizados no trabalho estão disponíveis no sítio do Inep na internet <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>. A leitura dos dados foi realizada através do software estatístico SPSS
- 3 O dado referente à existência de conselhos escolares nos questionários de 2003 e 2007 foi obtido através da recodificação da variável “Quantas vezes o conselho da escola se reuniu?” Uma vez que uma das alternativas de resposta era “Não existe Conselho de Escola” e as demais alternativas supunham a existência de um conselho escolar.
- 4 Foi retirada desta questão em 2003 e 2007 a alternativa “Não existe conselho de escola” e o percentual de respostas nas demais alternativas foi recalculado. Dessa forma, foi possível alcançar um maior grau de comparabilidade com os dados de 1997.



REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T; CAMARGO, R. B. Princípios e processos da gestão democrática do ensino: implicações para os Conselhos Escolares. *in* Chão de Escola, Curitiba: SISMMAC, v. 2, p. 28-33, outubro de 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

CAMARGO, R. B. Gestão democrática e nova qualidade do ensino: o conselho de escola e o projeto da interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989 – 1992). 1997, 370 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.1997.

PARO, V. H. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

SOUZA, A. R. De. Perfil da Gestão Escolar no Brasil. 2007. 302 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2007.

